



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MULUNGU



**GABINETE DO PREFEITO**

**LEI 266/2015**

Autoriza o Município de Mulungu, através da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social-STDS, a implantar o programa de LOCAÇÃO SOCIAL, destinado a promover moradia para famílias de baixa renda em situação de grave vulnerabilidade social, na forma que indica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mulungu faço saber que a Câmara Municipal de Mulungu aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei.

Art.1º- Fica o Município de Mulungu-CE autorizado a implantar, através da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social-SMTDS o PROGRAMA DE LOCAÇÃO SOCIAL, destinado a promover moradia para famílias de baixa renda, em situação de grave vulnerabilidade social.

Parágrafo Único- Para efeitos dessa Lei, considera-se:

- I- Família é o grupo de pessoas com vínculo afetivo de convivência, independente de gênero, geração, parentesco ou consanguinidade;
- II- Baixa renda se configura quando a soma de todo o rendimento familiar é inferior a 03 (três) Salários Mínimo;
- III- Vulnerabilidade social é o agravamento da pobreza, decorrente de catástrofes, calamidades públicas, grave violações de direitos humanos, violência, exploração e abuso sexual, e que resulte em perdas de vínculos familiares e comunitários, ou situação de desabrigado, desalojamento ou situação de rua.

Art.2º- Para implementação do PROGRAMA DE LOCAÇÃO SOCIAL, os órgãos indicados poderão:

- I- Locar imóveis de particulares, na forma da Legislação aplicável;
- II- Propor desapropriações a serem efetivadas pelo Poder Público, sempre que a situação de emergência o exigir;
- III- Outorgar permissão de uso, por prazo determinado aos beneficiários do PROGRAMA DE LOCAÇÃO SOCIAL, quando se tratar de imóvel de órgãos ou entidades da administração pública;
- IV- Adequar as condições fiscais do imóvel destinado ao PROGRAMA DE LOCAÇÃO SOCIAL as necessidades de habitabilidade e segurança, nele executando as reformas imprescindíveis, sempre de comum acordo com o proprietário, quando se tratar de imóveis particulares.

Rua Cel. Justino Café, 136 – Centro – Mulungu – CE – CEP: 62.764-000

Fone: (85) 3328.1130 - e-mail: P.M.MULUNGU@HOTMAIL.COM

**CNPJ: 07.910.730/0001-**



GABINETE DO PREFEITO

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MULUNGU



**Art.3º-** O locador do imóvel para o PROGRAMA DE LOCAÇÃO SOCIAL deverá manifestar expressamente sua concordância com a finalidade da locação sendo vedada, no entanto, sua escolha ou pretensão de beneficiário.

**Art.4º-** O órgão responsável pela locação social deverá justificá-la mediante relatório técnico, assinado por profissionais habilitados para o serviço de assistência social em que se comprove a situação de pobreza e se evidencie a vulnerabilidade social das famílias a serem beneficiadas e ainda:

I- Fará acompanhamento sistemático das famílias beneficiadas, bem como encaminhará os seus membros para inclusão em programas sociais que possam contribuir para a superação da situação de vulnerabilidade.

**Art.5º-** O ingresso ao benefício da locação social será mediante cadastro próprio do órgão que presta-lo, devendo o beneficiário comprovar a condição de pobreza e vulnerabilidade social assegurada à preferência para:

I- Os que habitarem em condições subumanas em áreas de risco iminente ou que tenham sido atingidos por qualquer espécie de catástrofe;

II- Mulheres, idosos ou arrimos de família;

III- Que estejam na base de dados do Cadastro Único;

§ 1º- Fica vedado o uso do benefício da locação social para quaisquer outras situações não indicadas neste artigo.

§ 2º- O recebimento do benefício da locação social não exclui a possibilidade do recebimento de outros benefícios sociais ou compensação para famílias atingidas pelas situações indicadas nesse, e no artigo primeiro.

**Art.6º-** Para cada núcleo familiar beneficiário, será indicada preferencialmente, a mulher como titular em receber o benefício da locação social ou na impossibilidade, poderá ser indicado outro membro da família como responsável pelo recebimento.

**Parágrafo Único-** Nos casos de separação conjugal, emancipação de dependentes ou outra forma de subdivisão, em que seja formado um novo núcleo familiar, deverá ser elaborada uma avaliação social que indicará a necessidade de se conceder o benefício ao novo núcleo familiar e a manutenção do benefício ao núcleo familiar original.

**Art.7º** A duração do benefício social para cada família, será de até 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, desde que perdurem os motivos de sua concessão.

**Parágrafo Único-** A continuidade ou prorrogação do benefício exigirá que os beneficiários comprovem a matrícula e frequência escolar das crianças e adolescente, vacinação das crianças e acompanhamento pré-natal das gestantes, se na família estiverem presentes esses seguimentos.

**Art.8º-** Aos beneficiários da Locação Social será assegurada a inscrição em programas habitacionais.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MULUNGU**




**GABINETE DO PREFEITO**

**Art.9º- As despesas com a execução do PROGRAMA DE LOCAÇÃO SOCIAL, correrão por conta de dotação própria do órgão ou da entidade da administração municipal, suplementada se necessário.**

**Art.10º- O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.**

**Art.11º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.**

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MULUNGU ESTADO DO CEARA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2015**

  
**Francisco Sávio Bezerra Uchoa**  
**Prefeito Municipal**

**Francisco Sávio Bezerra Uchoa**  
**Prefeito Municipal de Mulungu**